

## **CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS DO ISE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA**

**ISABELA PEIXOTO CORBI OLIVEIRA SILVA**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEARP/USP)

**PERLA CALIL PONGELUPPE REBEHY**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEARP/USP)

**YAGO SILVEIRA MARINZECK SANTOS**

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEARP/USP)

# CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVADAS DO ISE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é essencial na formação dos cidadãos e garante uma perspectiva de vida às crianças e adolescentes. O direito à educação é importante para enfrentar a exclusão social e quebrar o ciclo intergeracional da pobreza (CUSTÓDIO e MOREIRA, 2015).

As políticas educacionais e complexos processos de organização e gestão dos recursos destinados à educação são desafios encarados pelo país (DOURADO, 2013).

O efeito das políticas e dos processos educacionais são avaliados pelos programas de qualidade da educação, destacando-se: no âmbito internacional, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), e no âmbito brasileiro, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com os dados apresentados neste estudo, continuam a existir diversas adversidades que impedem o bom desempenho dos alunos na educação. Problemas como a desvalorização dos professores, má distribuição dos recursos, desigualdade social, evasão escolar e falta de infraestrutura escolar, são recorrentes nas escolas públicas de educação básica brasileira (CAMPIONI, 2018).

Entretanto, existem recursos que advêm das necessidades da educação, os quais são agrupados em fundos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FDNE).

Mesmo com os recursos públicos disponibilizados pelo governo, há uma precariedade na educação, como é possível observar nos resultados dos testes do PISA. Em 2002, iniciou uma discussão sobre a possível adoção de um programa chamado Parceria no Brasil, e dois anos depois, foi aprovada a lei Parceria Público-Privada. Esta lei é considerada um instrumento para viabilizar os investimentos necessários, ou seja, buscar eficiência na prestação dos serviços públicos (BRITO E SILVEIRA, 2005). Desta forma, será definido neste trabalho, quais são as possíveis formas de parcerias público-privadas, os projetos de leis e como elas atuam na educação.

De acordo com Do Vale et al (2010), as empresas privadas realizam ações sociais por meio de dois principais instrumentos: Responsabilidade Social Corporativa e Investimento Social Privado. Ambos conceitos abordam iniciativas das empresas em contribuir voluntariamente ou de maneira incentivada para o desenvolvimento ambiental e social do país. Essas ações podem ser desempenhadas pelas próprias empresas ou instituem Fundações, Institutos e Associações vinculadas a essas empresas para contribuir com desenvolvimento social. O objetivo dos incentivos fiscais é atrair empresas privadas a serem parceiras das atividades prioritárias do Estado. Salientam-se neste estudo, as leis de incentivos sociais, que beneficiam o Fundo Municipal da criança e adolescente, Fundo Nacional do Idoso, Lei do audiovisual, Lei Rouanet, Lei Federal do incentivo ao esporte, Programa Nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência e o Programa Nacional de apoio à atenção oncológica (VAZ, 2015).

Além das parcerias público-privadas e dos incentivos fiscais, existem atores privados que atuam especificadamente na educação, nos sistemas de ensino, com escolas ou universidades privadas. Esses atores disponibilizam materiais didáticos, formação de educadores e processos de avaliação para escolas públicas nos municípios (ADRIÃO, 2009).

Em países como Estados Unidos e Colômbia, existem parcerias públicas-privadas no modelo de escolas, são as chamadas escolas-charter. A estrutura é determinada por: (i) essas escolas são privadas; (ii) as organizações não-governamentais podem se candidatar para geri-la por meio de contratos que duram de 5 a 15 anos; (iii) o governo é o pagador e disponibiliza

os recursos. Este modelo beneficia os alunos que estão matriculados e também os entes privados que estão submetidos ao contrato de gestão que têm um incentivo para melhorar sempre o desempenho e não perder o recurso (VELOSO E FERREIRA, 2006).

A ineficiência do Estado na qualidade da educação pública no Brasil é a causa do referido estudo. A má gestão do sistema educacional, falta de infraestrutura, desvalorização dos professores e a falta de recursos são os desafios que afligem o país (CAMPIONI, 2018). O setor privado pode ser considerado um apêndice ao sistema educacional do Governo, pois ele contribui para a educação por meio de projetos sociais que apoiam as escolas e impactam positivamente a sociedade (VELOSO, 2011).

A iniciativa privada tem participado das políticas públicas por meio de diferentes instrumentos, entre eles a PPP. No entanto na área da educação a atuação tem sido limitada à compra de material pedagógico e bolsas nas universidades privadas. Uma modalidade que tem sido observada em outros países é a Parceria Público Privada na Educação (PPPE), como o gerenciamento de escolas nos Estados Unidos (FERREIRA E VELOSO, 2011).

Portanto, o problema de pesquisa consiste na seguinte pergunta: De que modo as empresas brasileiras têm atuado na educação pública brasileira?

Esse estudo tem como objetivo descrever por meio de pesquisa documental o que as empresas privadas que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) têm feito pela educação pública no Brasil. Esse resultado será descrito por meio das dimensões: objeto do projeto de educação; qual problema visa resolver ou contribuir (qualidade do ensino, estratégias pedagógicas, evasão, qualificação de professores, infra-estrutura como bibliotecas, laboratórios, material didático); os projetos estão relacionados ao negócio principal; forma jurídica de atuação (instituto, fundações, empresa); forma de aporte de recursos (doação, ISP, projetos de incentivo fiscal, outro); beneficiários (crianças, adolescentes, deficientes); atuação geográfica (nacional, regional); origem dos recursos desses projetos; forma de contratação (PPP, independente, chamamento público, outro).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Campioni (2018) define um panorama geral dos desafios da educação brasileira como problemas externos e internos. Os externos são socioeconômicos devido à desigualdade de oportunidades e acesso as escolas. Um estudo feito pela ONG Todos pela Educação descreveu que existem mais de 2,46 milhões de jovens fora das escolas e mais de metade deles tem um desempenho ruim. Existem diferentes motivos que explicam essa situação, segundo estudo, a baixa renda familiar, o domicílio localizado em áreas rurais, pouca escolarização dos pais, trabalho informal, discriminação por cor ou gênero e distorção idade-série. Além disso, no mesmo estudo, afirma que o nível socioeconômico (NSE) do aluno afeta muito o aprendizado devido as situações vulneráveis que eles vivem. “Em 2015, alunos do 9o ano com baixo NSE apresentaram 7,5% de aprendizado adequado em Língua Portuguesa. Já aqueles estudantes com NSE considerado alto atingiram os 71,6%”, Com isso, todos os fatores que envolvem o aluno, a comunidade que ele vive, o relacionamento com os familiares, influenciam na forma que ele irá aprender (CAMPIONI, 2018).

Os desafios internos consistem na própria estrutura do sistema educacional. O problema mais comum seria a falta de professores, bibliotecas, quadras esportivas e laboratórios de informática. No entanto, o responsável por esse desafio pode ser o atraso da esfera pública no repasse para os governos. Em maio de 2018 ocorreu um atraso no recebimento do repasse, e em função de um erro de cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU), es municípios receberam 90 bilhões a menos do que deveriam (CAMPIONI, 2018).

Mediante a todos os desafios e problemas citados acima, foi feito o Plano Nacional de Educação vigente de 2014-2024 pela CONAE (Conferência Nacional de Educação) com

objetivo de superar a desigualdade, promover a qualidade educacional, democracia e direitos humanos, valorizar os professores (MENEZES, 2016).

## 2.1 Fontes de Financiamento da Educação

O Plano Nacional de Educação almeja alcançar 10% do PIB em investimento na educação até 2024, segundo Menezes (2016) a estrutura de financiamento da educação para que alcance essa meta definida.

Cada uma das esferas de governo atua em diferentes etapas escolares (Quadro 1).

### Quadro 1: Entes federados e área de atuação

<b>Esfera de Governo</b>	<b>Área de atuação</b>
Municipal	Creche, pré-escola e Ensino fundamental
Estadual	Ensino fundamental e Ensino médio
Federal	Ensino Médio* e Ensino Superior

Fonte: Adaptado de Brasil (2006).

Assim sendo, o financiamento da educação do Brasil provém do governo (recursos públicos), empresas privadas e cidadãos. É muito difícil estimar a quantidade de recursos particulares que são destinados à educação, mas são oriundas de famílias ou instituições. E, os recursos públicos tem origem na receita de impostos da própria União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; Receita de transferências constitucionais e outras transferências; Receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais (OEI-Ministério da Educação de Brasil, 2001).

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar para educação no mínimo 18%, excluídas as transferências, e os Estados, Distrito Federal e Municípios, 25% do total da receita resultantes de impostos, incluindo as transferências constitucionais. Assim, o ensino fundamental recebe mais recursos da esfera municipal e estados enquanto a esfera federal investe mais no ensino superior (OEI-Ministério da Educação de Brasil, 2001).

No entanto, Oliveira et al. (2017) colocam que as porcentagens definidas são abaixo das reais necessidades para educação. A organização da contribuição tributária, social e transferências era instituída por um fundo chamado Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o qual passou a vigorar em 1998, com o objetivo de inovar na estrutura de financiamento do Ensino Fundamental público. Foi instituído que uma parcela dos recursos da educação seria distribuída automaticamente de acordo com o número de alunos matriculados. A responsabilidade do financiamento passou a ser do Estado e Município, e, todas as despesas deveriam estar previstas no orçamento (Dourado et al, 2016).

Assim, em 2007, o Fundef foi substituído pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) (OLIVEIRA et al, 2017).

De acordo com Callegari (2008), com o Fundeb a Educação Básica pública se regularizou com o fundo de financiamento mais importante para a educação de todas as crianças, adolescentes e adultos nas escolas. O Fundeb foi responsável pela maior integração dos níveis de educação (Infantil, Fundamental e Médio), e o desenvolvimento completo do aluno em todos os anos de escola. Além disso, garante investimento de no mínimo 60% dos recursos na valorização dos professores. (CALLEGARI, 2008).

Além dos 60%, o restante é destinado ao MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino), que é referente a aquisição de equipamentos, infraestrutura, construção de escolas e pagamento de outros profissionais da educação (OLIVEIRA et al, 2017).

Os impostos destinados ao Fundef continuaram os mesmos para o Fundeb, aumentando nos primeiros anos de 15% para 20% o percentual repassado devido a inclusões de novas arrecadações: Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) (OLIVEIRA et al, 2017).

O fundo, além de formado pelos impostos e transferências da união, é composto também por uma parcela de recursos federais que complementa o valor por aluno sempre que não for alcançado o mínimo definido (FNDE, 2017).

Uma das intenções do fundo é superar as desigualdades regionais, e por isso, mesmo os Estados que tem menor participação na produção de bens e riquezas do país, são complementados pelos recursos federais. As regiões que receberam essa complementação foram o Norte e Nordeste do país (OLIVEIRA et al, 2017).

A aplicação é exclusiva para a Educação Básica, e até 2009 era um aporte de recursos de 5,1 bilhões de reais, mas, passou a ser 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país, sendo monitorado pelo SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). Com isso, são beneficiadas a educação pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com as matrículas apuradas no Censo Escolar, incluindo, além da educação básica, educação especial, jovens e adultos, ensino profissional integrado, zonas rurais e todos os turnos. Muitos órgãos são responsáveis pela coordenação e distribuição do fundo, como por exemplo INEP, FNDE, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (FNDE, 2017).

Outro fundo importante da educação é o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o qual é uma autarquia do Ministério da Educação e é responsável pela arrecadação da contribuição social do Salário Educação (2,5% da remuneração dos empregados pelas empresas), esses recursos financiam a alimentação escolar (Programa Nacional de Alimentação Escolar), transporte escolar (Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE), livro didático (Programa Nacional do Livro Didático – PNLD), programa Dinheiro Direto Escolar (PDDE), formação continuada de professores, construções de escolas (RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015, 2014).

O orçamento total do MEC demonstra o grande papel que a União desempenhou nos anos de 1995 a 2013, o investimento aumentou muito, assim como está explícito no gráfico acima (RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015, 2014).

## **2.2 Compras públicas**

A educação no Brasil está em um período de mudanças constante. Existe uma descentralização das políticas públicas para que a população continue com seus direitos sociais garantidos, e com isso, os entes privados estão ganhando mais poder. Soluções foram encontradas sem que o Estado fosse substituído, levando em conta o aparato burocrático brasileiro falho e centralizado. A partir da descentralização, surgiram essas parcerias com ente privado para que fosse defendido eficientemente os interesses coletivos da sociedade (JUNQUEIRA, 2006).

Uma das medidas para combater a pobreza e exclusão social é a ação social compartilhada pelos setores públicos e privados. O objetivo não é mais dar assistência as pessoas necessitadas, o qual era comum nos programas sociais, o intuito hoje é dar capacidade para pessoas e comunidades para que eles próprios satisfaçam suas necessidades, desenvolvam seus potenciais e alcancem uma vida mais digna e com qualidade (JUNQUEIRA, 2006).

De acordo com a definição de Brito e Silveira (2005), PPP (Parceria Público-Privada) em seu sentido estrito é “uma forma de provisão de infraestruturas e serviços públicos em que o parceiro privado é responsável pela elaboração do projeto, financiamento, construção e operação de ativos, que posteriormente são transferidos ao estado. O setor público torna-se

parceiro na medida em que ele é comprador, no todo ou em parte, do serviço disponibilizado. O controle do contrato passa a ser por meio de indicadores relacionados ao desempenho na prestação do serviço, e não mais ao controle físico-financeiro de obra” (BRITO E SILVEIRA, 2005).

Essa parceria público-privada pode ser feita no financiamento de obras e serviços públicos. Contratos de prestação de serviço de curto prazo, licitações, terceirizações, concessões ou até alienação total dos ativos, são exemplos de arranjos institucionais de diferentes graus de participação, que solidificam a PPP. É diferente da privatização, a qual a prestação de um serviço passa a ser responsabilidade da iniciativa privada sem que haja prejuízo para a sociedade. Assim sendo, no contexto de crises das finanças públicas, a PPP é uma alternativa para o investimento em projetos. (PÉRICO E REBELATTO, 2005)

De acordo com o projeto de lei que institui as PPPs, o Programa de Parceria Público-Privada, no Brasil, com o objetivo de desenvolver o bem-estar coletivo, o programa fomenta, coordena, regula e fiscaliza atividades do setor privado nas políticas públicas (PÉRICO E REBELATTO, 2005).

Quando uma obra é concedida à iniciativa privada, mesmo que seja pública na naturalidade, todos os procedimentos burocráticos na execução são responsabilidade privada. Tal como a eficiência da execução, a qual é delimitada também no Contrato. Nesse ínterim, as PPP realizam empreendimentos sociais em um contexto de restrição de gastos públicos, a intenção é positiva e promove um desenvolvimento da economia e sociedade. Existem algumas leis que sintetizam esse tipo de parceria Público-Privada. Uma delas é a lei de responsabilidade fiscal, a qual garante o equilíbrio das contas públicas e impede o exagero no endividamento do Estado (PÉRICO E REBELATTO, 2005).

Não há um investimento inicial por parte do governo, ou seja, o setor privado investe e durante o tempo que é implantada a obra não tem pagamento. Assim, o investimento inicial é diluído para que o governo pague somente quando operacionalizar a obra durante o período acordado no contrato (PÉRICO E REBELATTO, 2005).

A leis das Licitações e Contratos e de Concessão delimita as normas para licitação, serviço, compras e outras burocracias administrativas. Périgo e Rebelatto (2005) explica em seu artigo que “o art. 2º da Lei de Licitações e Contratos diz que essas obras e serviços mencionados devem ser, necessariamente, precedidos de licitação”. E, os autores também descrevem o “art. 3º da Lei de Licitações e Contratos defende que os agentes públicos não podem admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções”. Com isso, ainda é pouco desenvolvido as leis das PPPs, o que pode dificultar o sucesso dessa alternativa (PÉRICO E REBELATTO, 2005).

Desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram instituídas as parcerias público-privadas, sendo regulamentada por instrumentos normativos da Reforma Administrativa Gerencial Pública. Nesse ínterim, o desenvolvimento em pesquisas científicas, tecnológicas, meio ambiente, cultura e educação pública foi devido as entidades de direito privado e de interesse social. Com isso, o termo “Responsabilidade Social Corporativa” foi criado e usado até hoje (MOTTA, 2016).

No entanto, o mais importante no presente trabalho, é a PPPE (Parceria Público Privada em educação), a qual têm gerado debates quanto ao significado, propósito, status e resultado. As PPPEs existem tanto para construção, gestão e manutenção de infraestrutura até a mobilização de recursos, defesa de políticas, prestação de serviços e operações, assim, essas parcerias combinam esforços de Estado na busca de objetivos comuns. O setor de educação precisa estar organizado com a lógica de mercado livre, informando a natureza da escola oferecida pelos fornecedores, qualidade, incentivos, garantias que protejam os interesses dos investidores privados e assegurem a concorrência legal dos fornecedores. Ainda assim, o Estado

é muito importante para minimizar as falhas de mercado e para se preocupar com a equidade (ROBERTSON, 2012)

A ideia central é combinar a eficiência do setor privado, juntamente com o sistema escolar público e garantir o acesso a todos. De acordo com o Veloso (2011), existem três tipos de parcerias público-privadas na educação.

A primeira são contratos de parceria para compra de insumos usados na educação, por exemplo, fornecimento de merenda, transporte e serviços da gestão escolar, este modelo é o mais comum no Brasil. Um exemplo dessa parceria é o Instituto Ayrton Senna e as escolas públicas, o instituto atua na correção do fluxo escolar (Programa Acelera Brasil) para crianças de 1º a 4º série do ensino fundamental que tem alguma defasagem de dois anos ou mais em relação a série. Além disso, existe o Se Liga, que é um programa do Instituto para alfabetização de crianças nas mesmas condições do programa Acelera. Outra parceria é a Fundação Lemman e as escolas públicas, na qual existe um Programa Gestão para o Sucesso Escolar (GSE) que forma à distância gestores de escolas públicas, em uma gestão por resultados e focando no aprendizado dos alunos.

O instituto Unibanco também faz PPPE, o Projeto Jovem de Futuro, o qual é voltado para a melhoria do ensino médio, oferecendo apoio técnico e financeiro às escolas públicas para implantar e avaliar um plano de melhoria da gestão escolar. Além disso, estimula as escolas participarem do programa por meio de incentivos, como bônus para professores e alunos associados dos resultados (VELOSO, 2011).

O segundo tipo de parceria seria quando o governo contrata uma organização privada para fornecer serviços de educação para um grupo de alunos. O ProUni (Programa Universidade para Todos) é essa modalidade, pois o governo compra um produto do setor privado, ou seja, concede bolsas de estudos para alunos carentes em instituições privadas (VELOSO, 2011).

O terceiro é a contratação de uma organização privada com ou sem fins lucrativos para que ela seja responsável pela escola pública, incluindo todas as atividades que delimitam o funcionamento da escola, até a contratação de professores. No entanto, essa modalidade não existe no Brasil, somente em outros países como por exemplo os Estados Unidos (VELOSO, 2011).

Os programas bem-sucedidos que favorecem a educação nos ambientes socioeconômicos desfavoráveis, possuem benefícios superiores aos custos, além de aumentarem a eficiência e diminuírem a desigualdade social (VELOSO, 2011).

### **2.3 Responsabilidade Social Corporativa e Investimento Social Privado**

Nos anos 90, foi o fortalecimento dos termos Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e Investimento Social Privado (ISP), conceitos disseminados pelo Instituto Ethos e Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIF (PERRET E JUNQUEIRA, 2011).

Além da necessidade da parceria público-privada, as Empresas Privadas também têm grande interesse em estar presente na sociedade e contribuir com a melhoria dos problemas sociais, não só pelo retorno financeiro ou pela imagem da empresa, mas sim pelo impacto final dessas ações. Os projetos desenvolvidos pelas grandes empresas geram na maioria das vezes resultado, o que faz com que a própria sociedade pressione as organizações a continuar investindo e colhendo frutos reais (PERRET E JUNQUEIRA, 2011).

Assim, Investimento Social Privado é um tema que está crescendo muito no país, o número de ações sociais está aumentando e espera-se que os impactos dessas ações sejam mensurados, já que isso se torna um diferencial competitivo para as empresas (GENTIL e FERREIRA, 2019).

Segundo Gentil e Ferreira (2019), “a empresa é um importante agente no desenvolvimento econômico, por meio de geração de empregos e podendo ter um papel mais

amplo socialmente, quando realiza ações de investimento social privado nas comunidades em que atua” (GENTIL e FERREIRA, 2019).

Na definição do GIFE, o “Investimento Social Privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais, culturais e científicos de interesse público”. Essas ações podem ser executadas por empresas, fundações, institutos ou indivíduo, e, além disso, incentivos fiscais públicos, faz o ISP ser fortalecido (GIFE, 2016).

Antigamente, de acordo com Voltolini (2019) a Responsabilidade Social Corporativa era atrelada a um conceito de generosidade, os empresários doadores eram pessoas físicas e a filantropia era uma espécie de dever moral pois tinham uma economia boa ou algum sentimento de culpa. Após a escolha de alguma organização social, não existia nenhum tipo de monitoramento do impacto, resultados, ou mesmo divulgações da ação social. Com o avanço empresarial, a filantropia passou a ser uma ação jurídica, a responsabilidade em ajudar a comunidade se tornou uma prioridade. Voltolini (2019) afirma que ISP é uma estratégia da empresa em reforçar valores, fortalecer reputação e gerar valor para o negócio. E, por isso, é extremamente importante que haja um planejamento, acompanhamento e avaliação dos resultados (VOLTOLINI, 2019).

Portanto, a Responsabilidade Social Corporativa pode ser considerada uma estratégia de relacionamento e marketing, ou seja, preza pela valorização das ações da empresa, promove a cidadania e a integração com a comunidade (SILVA, MARTIGNAGO, XAVIER E SEHNEN, 2018).

Com a evolução dos conceitos de RSC e ISP, as empresas mudaram seus posicionamentos e se renovaram em ética e transparência. A RSC hoje é atrelada a uma boa gestão e suas estratégias são pautadas em transformar sustentabilidade em oportunidade. O Estudo de Gisbert e Lunardi, com 48 empresas na Bovespa entre os períodos de 2003 e 2007, demonstra que realmente as empresas estão se relacionando diferentemente com a sociedade, os investimentos são em novos produtos e tecnologias responsáveis. Juntamente com o discurso de melhorar os processos, a qualidade, pesquisas, viu-se necessário atender a sociedade quanto educação, fornecedores, saúde e segurança dos empregados (GISBERT e LUNARDI, 2012).

Segundo, Gisbert e Lunardi, “Na atualidade, pode-se observar uma tendência mundial em investir em empresas que podem ser classificadas como “socialmente responsáveis”. Assim sendo, os relatórios de RSC são formados para apresentar os diferentes projetos para os investidores e todos os outros stakeholders (Ongs, Estado, sindicatos, funcionários, etc). (GISBERT e LUNARDI, 2012).

Portanto, podemos observar que a RSE é um conceito mais amplo, ou seja, se relaciona com vários agentes e não só a comunidade, a qual é a o foco da ISP. Assim sendo, o ISP é parte da RSC (NOGUEIRA e SCHOMMER, 2009).

As organizações privadas podem investir de duas formas. O investimento direto é quando a empresa controla totalmente o projeto. O investimento indireto é quando a empresa firma parcerias (BORGES, MIRANDA e VALADÃO, 2007).

### **3 MÉTODO DE PESQUISA**

De acordo com Gerhardt (2009) pesquisa exploratória é para casos que há necessidade de ter uma maior familiaridade com o assunto, para que fique mais claro e sejam construídas hipóteses. Portanto, neste caso, o estudo será exploratório, os pressupostos serão definidos com base no referencial teórico.

A pesquisa documental, a qual será feita no referido trabalho, é um procedimento metodológico decisivo, sendo um dos principais caminhos da investigação ou um instrumento complementar. É um método de escolha e de verificação de dados, e possibilita a partir de dados



passados, fazer inferências para o futuro (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Portanto, trabalhar com documentos implica em alguns possíveis obstáculos e armadilhas, assim, é importante avaliar a credibilidade e representatividade antes de utilizá-los (SÁ-SILVA; DE ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

### 3.1 Amostra a ser pesquisada

A amostra do estudo serão as empresas que estão na Carteira Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O ISE divulgou Carteiras Índices de Sustentabilidade Empresarial dos anos de 2006 a 2018. Assim sendo, as 30 empresas que fazem parte da carteira 2018 são: **AES Eletropaulo, AES Tiete, B2W Digital, BCO Brasil, Bradesco, Braskem, CCR AS, Celesc, Cemig, Cielo, Copel, CPFL Energia, Duratex, EcoRodovias, EDP, Eletropaulo, Engie, Fibria, Fleury, Itausa, Itaú Unibanco, Light AS, Lojas Americanas, Lojas Renner, MRV, Natura, Santander BR, Telefonica BR, Tim Part S/A e WEG** (BM&FBOVESPA,2017).

Dentre as empresas descritas acima, 100% publicam relatórios de sustentabilidade, 93%, realizam avaliações periódicas sobre as questões sociais e ambientais, e, 87% indicaram contribuir com a promoção da sociedade pacífica, inclusiva e construir instituições eficazes e responsáveis em todos os níveis (BM&FBOVESPA, 2017).

Dessas empresas, duas foram excluídas da amostra por serem holding Itausa, sem atividade descrita nos relatórios e a outra B2W por fazer parte da empresa Americanas e terem projetos semelhantes. Assim somente a empresa Renner e a Fibria não apresentaram informações nos relatórios escolhidos para essa pesquisa documental, no entanto, não se pode afirmar que não tenham projetos na área. Sendo assim a amostra totalizou 26 empresas.

### 3.2 Instrumento de pesquisa

A pesquisa documental se apoiará em fontes secundárias:

- a) Relatórios de Sustentabilidade dos dois anos anteriores (2017 e 2018);
- b) Relatórios anuais dos dois anos anteriores (2017 e 2018);
- c) Websites principais das empresas (2019);
- d) Websites secundários das empresas focados em responsabilidade social (2019);
- e) Notícias, jornais e artigos (2017 a 2019);
- f) Código de Ética e Conduta (2017 e 2018).

## 4 RESULTADOS

Há 129 projetos de educação executados pelas empresas componentes do ISE, conforme Quadro 2 a seguir.

**Quadro 2: Empresas do ISE e respectivos projetos sociais na área de educação**

Empresas	Fundação	Setor	Projetos Sociais	Projetos de educação
AES Tiete	2015	Energia	15	Geração+, Projeto pulsar, cantos de leitura, todo lugar tem uma história para contar, NAV, projeto Guri e formação professores da rede pública.
Americanas	1929	Bens de Consumo	16	Projeto Graiel, Galpão aplauso, Programa Dupla Escola e Melhoria da Alfabetização.
Banco do Brasil	1808	Financeiro	14	Inserção juvenil na economia digital, Projeto-piloto de revitalização do programa AABB Comunidade da

				Fundação banco do Brasil, Associação Ludocriarte e Programa Educativo.
Bradesco	1943	Financeiro	16	Unidades Escolares, Educa+Ação, Programa Cisco Networking Academy, Programa Bradesco Esportes e Educação, Escola Virtual, Programa Semente, Compasso Socioemocional, Cuidando do Futuro, Banco do Livro, Formação em Gestão Escolar e Formação continuada dos orientadores pedagógicos educacionais.
Braskem	2002	Petroquímico	34	Transformar Agora e Edukatu.
CCR	1999	Mobilidade	16	Caminhos para a cidadania e Plataforma EAD.
Celesc	1955	Energia	32	Energia do Bem 4, Projetos para universidades e Jovens talentos empreendedores.
Cemig	1952	Energia	22	Projeto ambiental taquaril.
Cielo	1995	Financeiro	9	Programa de mentoria para jovens, Jovens do futuro, Conversas sobre carreiras e intercâmbios, Oficinas intensivas na Cepac, Desafio Cielo.
Copel	1954	Energia	62	Programa Paraná Digital e Programa internet sem bullying.
CPFL	1912	Energia	22	Eficientização de escola, CPFL nas escolas, Geekie, Ludz Tamboro, Bibliotecas comunitárias, Formação educativo comunitário, Escola de eletricitas, Escola de Podadores Do sistema elétrico e Escola de projetista.
Duratex	1961	Construção Civil	24	Formare Social, Jovens empreendedores, Escola deca de capacitação, Educação ambiental e Leo Educa.
Ecorodovias	1997	Rodovias	29	Ecoviver, De bem com a vida, Capacitar, Respeito à vida, Ação social educativa, Acesso comunidade, Capacitar refugiados, Espaço de Inclusão digital para PCD, Doe seu troco e voluntários do Bem.
Edp	1996	Energia	18	Bolsas escolares, Construção de escolas para organizações indígenas e EDP nas escolas.
Eletropaulo	1999	Energia	12	Eletropaulo nas escolas, Projeto pulsar, Voluntariado, Centro educacional infantil Luz e Lápis e Escolas de eletricitas.
Engie	2008	Energia	6	Programa de visitas.
Fleury	1926	Saúde	10	Curso de formação em atendimento ao cliente, Conecta saúde e Projeto Pescar.
Itaú Unibanco	1944	Financeiro	31	Leia para uma criança, Escrevendo o futuro, Jovem de futuro, Estudar vale a pena, Fomento, CONSED, Programa Educação: Compromisso de São Paulo,

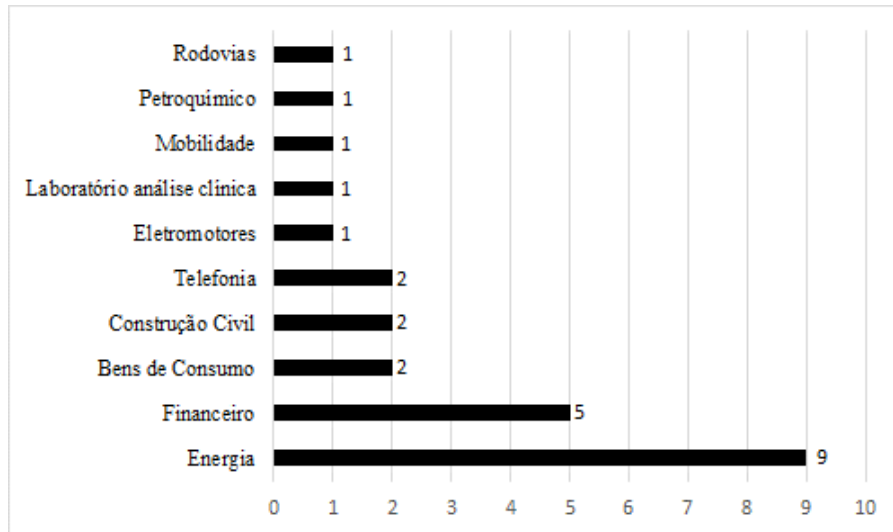
				Todos pela educação, Movimento pela base nacional comum curricular e Projeto Escola.
Light	1904	Energia	13	Light nas Escolas e Som mais eu.
MRV	1996	Construção Civil	9	Projeto Avante, Projeto biblioteca Viva e Cidade dos meninos de São Vicente, Querubins, Creche comunitária Leonardo Fernandes Franco, Jornada Solidária Estado de Minas e Chamada pública de projetos.
Natura	1969	Bens de Consumo	19	Programa de visitas, Educação Já!, Tremembé, Currículo de referência, Itinerário formativo, Competências digitais em professores, Plataforma de evidências, Melhores recursos, Atuação pautada em evidências e Crer para Ver.
Santander	1857	Financeiro	12	Santander universidades, Programa Explores jovens com ideias, Empregabilidade e oportunidades e Compromisso com a educação financeira.
Telefonica	1924	Telefonia	6	Inova escola, Aula digital, Escolas conectadas, Programaê e Pense grande.
Tim	1995	Telefonia	13	Política de inovação educação conectada, Bolsas instituto TIM, Academic Working Capital, Garatea-ISS, Robolab, O círculo da Matemática do Brasil, TIM Tec e Ninguém fora da escola.
Weg	1961	Eletromotores	4	Programa de educação e empreendedorismo.

As 26 empresas listadas acima, juntas, realizam cerca de 464 projetos sociais e dentro desses projetos, 129 são de educação. A média da porcentagem dos projetos de educação frente ao total de cada uma das empresas é 29% e o desvio padrão é 21%, o que significa uma grande variância entre elas. Ademais, 79% dos projetos de educação são próprios, ou seja, a empresa possui um projeto próprio no qual ela investe, e 15% opta por investir em projetos de terceiros que já existem, como por exemplo ONGs. Apenas 5% investe em projetos de terceiros por meio de isenção fiscal, portanto leis de incentivo não são muito eficientes, as empresas preferem ter seus próprios projetos.

Foi feita uma análise detalhada do setor de atuação das empresas, dos objetivos dos projetos, da origem dos recursos e do formato jurídico que cada uma das empresas atua. Quanto ao setor de atuação:

Apenas 36% das empresas que estão no ISE são do setor de energia (AES Tiete, CPFL, Cemig, Copel, Celesc, Edp, Eletropaulo, Engie e Light). Em seguida, 20% delas são do setor financeiro (Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Cielo). O setor de energia, possui no total 202 projetos sociais ou 44% de todos os projetos das empresas do ISE. Dentro desses projetos, existem 37 que são da área de educação, assim, o setor de energia é o que mais colabora com a educação pública brasileira.

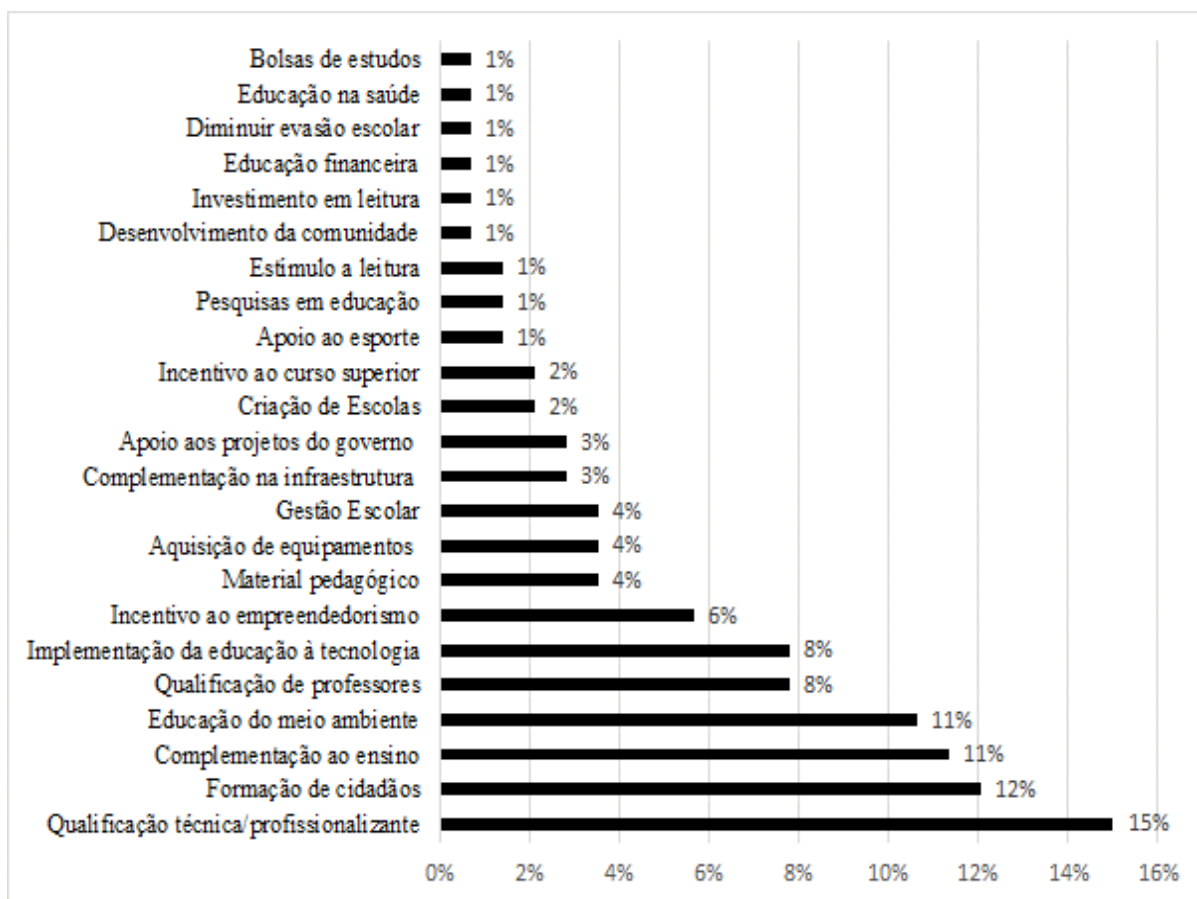
### Gráfico 1: Setor de atuação das empresas



### Quanto aos objetivos dos projetos de educação

Na pesquisa verificou-se diversos objetivos que os projetos de educação possuem. A maioria deles é sobre qualificação técnica/profissionalizante, formação de cidadãos e complementação ao ensino, com 38% de incidência juntos. Das empresas que tem o objetivo de qualificação técnica/profissionalizante, 36% é do setor de energia e 18% do setor de telefonia, o restante é do setor de saúde, bens de consumo, rodovias, financeiro e construção civil. Um exemplo de projeto é o curso de eletricista predial da Celesc com ênfase em eficiência energética para capacitar jovens em situação de vulnerabilidade social, mulheres, consumidores de baixa renda e egresso do Sistema Penitenciário de forma gratuita. Além disso, a CPFL atende mais de 500 crianças e adolescentes com cursos profissionalizantes e atividades pedagógicas, e, tem uma parceria com o Senai de capacitação de eletricista de distribuição para comunidade. Já as empresas que focam na formação de cidadãos, 43% são do setor financeiro e 33% são de energia, o restante é de rodovias, construção civil e mobilidade. O Itaú Unibanco tem o Projeto Escola que tem o propósito de integrar as formas de expressão, fazendo workshops, debates e atividades de diversos temas para contribuir com o desenvolvimento das pessoas e seus sentidos críticos. Em complementação ao ensino entende-se qualquer amparo à escola, sendo palestras sobre comunicação oral e escrita, relacionamento interpessoal, mercado de trabalho e até implantação de metodologias de ensino.

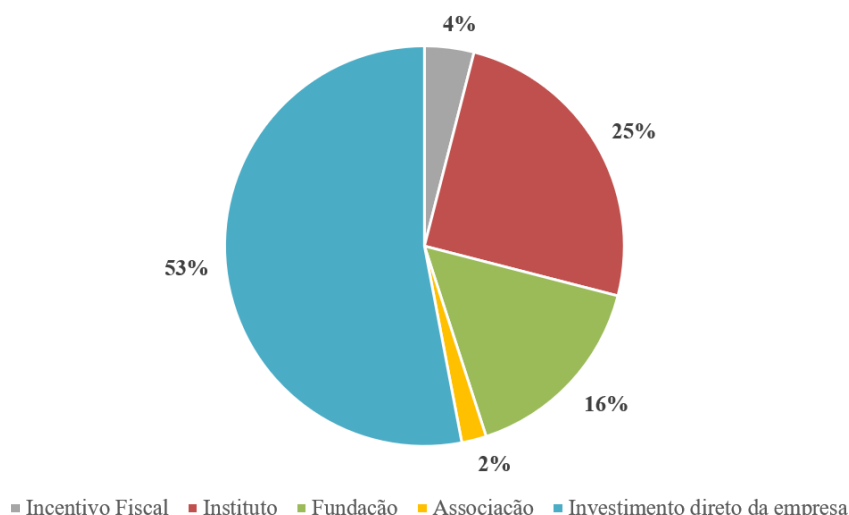
**Gráfico 2: Objetivo de cada um dos projetos de educação das empresas do ISE**



### Quanto ao formato jurídico das empresas

Dentre as diferentes formas jurídicas de atuação das empresas, constata-se que a maior parte dos investimentos são diretos para uma organização ou projeto específico existente, podendo ser próprio ou de terceiros. Em segundo lugar, são os Institutos e Fundações próprios das empresas, ou seja, organizações vinculadas a empresa que gesticula parte das ações sociais delas. O Edukatu é um exemplo de projeto de educação de sustentabilidade para alunos e professores de uma Instituição de São Paulo que é apoiado pela Braskem, desta forma, a indústria petroquímica faz um investimento direto nessa organização. Os Institutos são o Instituto Unibanco, Instituto Eletropaulo, Instituto Tim, Instituto Fleury, Instituto Natura e Instituto Edp, os quais são de atuação de diversos setores e beneficiam mais de 2.428.024 pessoas de acordo com os dados encontrados. As fundações são a Fundação Bradesco, Fundação Banco do Brasil, Fundação Itaú Unibanco e Fundação Telefonica. As fundações são predominantemente do setor financeiro, e as empresas são muito antigas pois a média de idade delas é aproximadamente 114 anos. Assim, devido aos muitos anos de mercado e consolidação, as fundações juntas, beneficiam mais de 4.371.058 entre alunos, jovens e professores. A Cielo, que está há 24 anos no mercado, do setor financeiro, foi a única empresa que descreveu investimentos por meio de Isenção Fiscal.

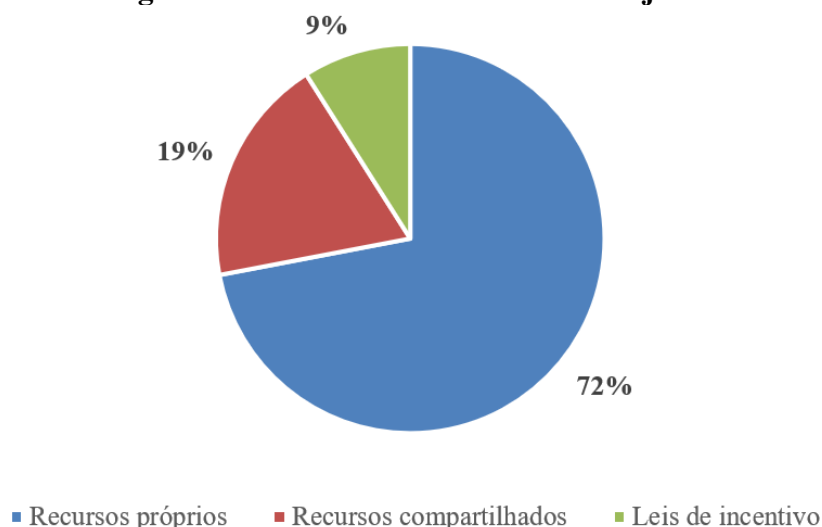
**Gráfico 3: Formato Jurídico das empresas do ISE**



### Quanto a Origem dos Recursos dos projetos de Educação

De acordo com os relatórios analisados, dentre as possíveis formas de origem dos Recursos, a maioria das empresas preferem os Recursos Próprios. O Bradesco, por exemplo, conta com uma rede de 40 escolas distribuídas em todos os Estados brasileiros, nas regiões de exclusão social por fatores socioeconômicos. Essas escolas são a partir do Ensino Infantil até Educação profissionalizante, e contam com recursos próprios do banco destinado a este projeto que beneficia mais de 96.000 crianças e adolescentes. Outra empresa é a Telefonica, que destina recursos próprios para todos seus projetos de educação, investindo o total de R\$59.300.000 em seus projetos no último ano, que significa 0,66% do seu lucro líquido. O Projeto Pescar que a empresa Fleury investe, é um exemplo de Recurso Compartilhado, pois é um programa de formação socioprofissionalizante que é desenvolvido juntamente com a marca Weinmann. As leis de incentivo são aproveitadas pela Cielo, a qual possui 5 projetos voltados para a formação dos cidadãos e complementação ao ensino. Um desses projetos é o Programa de Mentoria para Jovens que consiste em 200 colaboradores inspirando jovens por meio de suas trajetórias profissionais e experiências no mercado.

**Gráfico 4: Origem dos Recursos destinados aos Projetos de Educação**



## 5 CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo revelaram que existem diferentes maneiras de colaboração na educação pública brasileira pelas empresas da amostra. A maior parte dos projetos não estão complementemente ligados às escolas públicas por meio de contratação de professores, melhora na infraestrutura, investimento de recursos financeiros direto nas escolas. Os projetos podem ser caracterizados mais como um apêndice ao ensino dado nas escolas, formando crianças e jovens mais conscientes, críticos e evitando que fora dos períodos escolares eles fiquem ociosos. Muitos programas também ajudam na formação dos professores e diretores atuais que estão atuando nas escolas públicas, influenciando indiretamente na educação dos jovens brasileiros.

Santos e Vieira (2017) sugerem que o problema está na reivindicação da melhoria na educação. Assim, diversos projetos são voltados para o senso crítico e formação dos cidadãos, justamente para que esses jovens futuramente sejam cidadãos conscientes.

Bruini (2019) descreve que 731 mil crianças ainda estão fora das escolas segundo o IBGE, e o Instituto Tim juntamente com a UNICEF tem um projeto voltado aos gestores públicos com uma abordagem inovadora que facilitará e estimulará os municípios a diminuir a evasão escolar.

Dourado (2007) destaca que o processo pedagógico precisa ser eficiente, ter eficácia e efetividade para assim melhorar o aprendizado dos alunos e conseqüentemente a formação da sociedade. A MRV, empresa do setor de construção civil, tem um projeto chamado A Jornada Solidária no Estado de Minas Gerais que por meio de atendimento psicológico de crianças de até 6 anos, melhoram suas condições de aprendizado. Além disso, fortalece o mobiliário, equipamentos eletroeletrônicos e pedagógicos das escolas, atendendo mais de 1.600.000 crianças. As Lojas Americanas tem um programa em parceria com a FAZ e as secretarias municipais de Educação em que é investido na formação continuada de professores do ensino fundamental e gestores escolares, além de realizar diagnósticos educacionais como forma de melhoria do ensino.

O referido estudo tem limitações quanto as informações em que foram baseadas as pesquisas. Variáveis previamente definidas tiveram que ser omitidas pois não foram encontradas nos relatórios, como por exemplo, qual o NSE (nível socioeconômico) atingido, formas de contratação (PPP, licitação, etc) e tempo de existência de cada projeto. Houveram limitações quanto ao investimento financeiro em cada projeto, algumas empresas divulgaram e outras apenas informaram o montando investido em ações sociais.

Em oportunidades para futuras pesquisas, pode-se focar em temas como as PPPEs, ser feitos estudos de caso de algumas dessas empresas para aprofundar o conteúdo de cada projeto e buscar entender os motivos dos incentivos fiscais não serem relevantes nos investimentos sociais como mostrou o presente estudo.

## 6 BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, T. et al. **Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 30, n.108, p. 799-818, out. 2009.

BM&FBOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – Anexo Carteira 2018. 2017. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm). Acesso em 05 de junho de 2019.

BM&FBOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). 2016. Disponível em: [http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm). Acesso em 06 de maio de 2019.

- BORGES, J. F.; MIRANDA, R.; VALADÃO JÚNIOR, V. M. **O discurso das fundações corporativas: caminhos de uma "nova" filantropia?**. Revista de Administração de Empresas, v. 47, n. 4, p. 101-115, 2007.
- BRITO, Bárbara M.; SILVEIRA, Antonio H. **Parceria público-privada: compreende o modelo brasileiro**. Revista do Serviço Público – RSP. Brasília: ENAP, v. 56, n. 1, p. 7-21, 01-03/2005.
- BRUINI, Eliane da Costa. **"Educação no Brasil"**; Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em 29 de maio de 2019.
- CALLEGARI, C. (Org.). **Fundeb: financiamento da educação pública no estado de São Paulo**. São Paulo: Ground: APEOESP, 2008.
- CAMPIONI, P. **A realidade e os desafios da educação brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/educacao-brasileira-realidade-e-desafios/>. Acesso em: 01 de junho de 2019.
- CUSTÓDIO, André Viana; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **A garantia do direito à educação de crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas brasileiras**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 5, nº 1, 2015 p. 223-245
- DO VALE, Caio Rodrigues; BOAS, Ana Alice Vilas; DE MENDONÇA, Fabricio Molica. **2010 Políticas de Incentivos Fiscais Federais: um “Jeitinho Brasileiro” de Estimular as Práticas de Responsabilidade Social?**.
- DOURADO, L. F.; NAVARRO, I. P.; WITTMANN, L. C. AGUIAR, M. A. S.; GRACINDO, R. V. **Conselho Escolar e o Financiamento da Educação no Brasil**. Ministério da Educação. Brasília - DF, jun. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: 08 de abril de 2019.
- DOURADO, Luiz Fernandes et al. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Sistema Nacional de Educação, Federalismo e os obstáculos ao direito à educação básica**. 2013.
- FDNE (Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação). **Sobre o Fundeb**. 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em: 08 de maio de 2019.
- FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. **Parcerias Público-Privadas em educação**. 2006. Disponível em:<  
[https://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Site\\_CPS\\_Educacao/Parcerias\\_Publico\\_Privadas\\_em\\_Educacao.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/simulador/Site_CPS_Educacao/Parcerias_Publico_Privadas_em_Educacao.pdf)>. Acesso em: 05 de junho de 2019.
- GENTIL, D.; FERREIRA, G. T. C. **Como as Empresas Integrantes da Carteira ISE Avaliam o Retorno do Investimento Social Privado** . Revista Organizações em Contexto, v. 15, n. 29, p. 97-123, 2019.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.
- GIFE (Grupo de Institutos Fundações e Empresas). **Investimento Social Privado**. 2016. Disponível em: <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- GISBERT, A.; LUNARDI, V. **A evolução da RSC no Brasil entre as empresas listadas na Bovespa**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 6, n. 1, p. 90-111, 2012.
- JUNQUEIRA, L. A. **Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão das políticas sociais**. In: CAVALCANTI, M. (Org.). **Gestão social estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2006



- MENEZES, J. S., S. **Financiamento da educação: (o FUNDEB e outras) fontes no PNE 2014-2024**. 2016. Curso: Políticas de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/Apresentacao\_Janaina\_Menezes\_UFRJ%20%20MP.pdf> Acesso em 05 de junho de 2019.
- MOTTA, V. C., **Investimento Social Privado em Educação: Desmonte do caráter público da educação**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 68, p. 323-337, jun2016. ISSN: 1676-2584.
- NOGUEIRA, F. A.; SCHOMMER, P. C. **Quinze Anos de Investimento Social Privado no Brasil: Conceito e Práticas em Construção**. In: Anais do XXXIII Encontro da ANPAD. São Paulo/SP, 19 a 23 de setembro de 2009.
- OEI-Ministério da Educação de Brasil. **Financiamento da Educação**. 2001. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/quipu/brasil/financiamento.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2019.
- OLIVEIRA, G. S.; XAVIER A. R.; MACHADO C. J. S.; VASCONCELOS, J. G. **Financiamento da educação e as políticas gerenciais de ajuste fiscal: o Fundef/Fundeb em debate**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 19, n. 41, p. 255-270, maio./ago.
- PÉRICO, Ana E.; REBELATTO, Daisy A. N. **Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)**, R AP Rio de Janeiro 39(5):1031-52, Set./Out. 2005.
- PERRET, N.; JUNQUEIRA, L. **Investimento social privado: o papel das fundações corporativas na gestão das políticas sociais**. Reuna, v. 16, n. 2, p. 121-138, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015 Versão Preliminar. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15774-ept-relatorio-06062014/file> Acesso em: 05 de junho de 2019.
- ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação**. Educação & Sociedade, v. 33, n. 121, 2012.
- SANTOS, D. D. P.; VIEIRA, H. R. **Financiamento da educação básica no brasil: algumas reflexões**. Revista online de Política e Gestão Educacional, [S.l.], n. 19, feb. 2017. ISSN 1519-9029.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista brasileira de história & ciências sociais, v. 1, n. 1, 2009.
- SILVA, D. C.; MARTIGNAGO, G.; XAVIER, W. G.; SEHNEM, S. **Isomorfismo e Responsabilidade Social Corporativa das Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade da BM&FBovespa**. Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 17, n. 3, p. 116-127, 2018.
- VAZ, D. T. **Doações a entidades e abatimento no IR**. 2015. Disponível em: <https://www.crcpr.org.br/new/content/diaDia/anterior.php?id=2207>. Acesso em: 05 de maio de 2019.
- VELOSO, Fernando. **A evolução recente e propostas para a melhoria da educação no Brasil. Brasil: a nova agenda social**. Rio de Janeiro: LTC, p. 215-253, 2011.
- VOLTOLINI, Ricardo. **O valor estratégico do Investimento Social Privado**. Disponível em: <https://gife.org.br/o-valor-estrategico-do-investimento-social-privado/>. Acesso em: 17 de abril de 2019.